

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria e sentimento de realização que entregamos a edição da Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, Ano 15 – Nº 2 (jul./dez.) 2023, ainda embevecidos pelo orgulho de termos nosso periódico avaliado pela CAPES com Qualis B3, o que denota o seu considerável aprimoramento nos últimos anos.

Creditamos o atual sucesso ao trabalho desempenhado pela devotada e diligente equipe editorial que, sempre com grande esmero, vem buscando a excelência científica, através seleção de publicações sobre temas atuais e de suma relevância na seara jurídica, tanto no cenário nacional, quanto em âmbito internacional, elevando sempre o padrão da nossa revista.

Aproveitamos a oportunidade para reafirmar nosso pacto de entregar um periódico que traduza o pensamento do Ministério Público, no intuito de melhor difundir a defesa dos interesses da nossa sociedade e, cientes da nossa responsabilidade, nos comprometemos a intensificar todos os esforços necessários para que possamos seguir em constante evolução. Acolhemos e acolheremos, pois, sempre, as considerações de criticidade dos nossos leitores, autores de artigos e de toda a comunidade, que vêm colaborando para este contínuo progresso.

Ademais disso, vale destacar que a novel edição da Revista da ESMP-CE, conta com 13 (treze) artigos, no total, sendo 7 (sete) artigos internos e 6 (seis) artigos externos.

Nos artigos internos, seguem os temas: Diversidade de Vozes: A proteção à Dignidade Humana, de autoria de Flávio Maria Leite Pinheiro, em parceria com Arno Dal Ri Junior, que explana sobre a possibilidade de compartilhar o mundo por meio do agir e do diálogo, respeitando a diversidade de opiniões e de perspectivas; Aspectos constitucionais da resolução nº 27 do Conselho Nacional do Ministério Público, de Francisco Antônio Távora Colares, o qual questiona a constitucionalidade da vedação do exercício da advocacia pelos servidores do Ministério Público brasileiro; Uma lacuna constitucional? O foro dos procuradores de Justiça, cujos autores são Francisco Tarcísio Rocha Gomes Júnior e Vladimir Aras, que traz uma crítica à abordagem do STF quanto ao juízo competente para julgamento das mais altas autoridades da República; O Acordo de Não Persecução Penal nos crimes raciais, de Heloisa Silva de Melo, que retruca a compatibilidade entre o acordo e o compromisso constitucional brasileiro em combater o racismo; A Inclusão da pessoa com deficiência pelo direito do trabalho e seus efeitos previdenciários, de Liliane Souza Barbosa Saraiva, cuja abordagem passeia no histórico da realidade da pessoa com deficiência na sociedade, bem como na inserção das normativas

de proteção inseridas no ordenamento jurídico brasileiro, tratando, especialmente, sobre a proteção social do trabalho; Ausência de comunicação de endereços eletrônicos no requerimento de registro de candidatura a (im)possibilidade de regularização posterior e suas consequências, de Lucia Letícia Lourenço Alves, que reflete, a partir de decisão paradigmática do Tribunal Superior Eleitoral, como a ausência da comunicação dos endereços eletrônicos pelos candidatos no Requerimento de Registro de Candidatura pode influenciar no período de campanha eleitoral e no alcance das propostas, e A Sociedade e os acolhimentos institucionais: discussões em rede a partir de audiência pública, de Luciano Tonet em parceria com Marcos Sousa França, que abordam a problemática dos acolhimentos institucionais de crianças e de adolescentes, sugerindo a democratização do enfrentamento dos problemas através, principalmente, de instrumentos como a audiência pública, para inclusão da sociedade no enfrentamento das questões pertinentes.

Dentre os artigos externos, as temáticas são as seguintes: A atuação do ministério público na discussão sobre o momento da oitiva de adolescente infrator em juízo e o atual entendimento dos tribunais superiores, de Anna Karina Omena Vasconcellos Trennepoh, em parceria com Eduardo Dias de Souza Ferreira, que trazem a discussão acerca do momento da oitiva dos adolescentes infratores em juízo, bem como tratam dos princípios da proteção integral, do interesse superior da criança e do adolescente, da prioridade absoluta e do respeito da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; A “função de governo” entre Costantino Mortati e Francisco Campos: o constitucionalismo fascista italiano e os fundamentos do “estado novo” brasileiro, dos autores Arno Dal Ri Junior e Thayrane Paola Canteli, que analisam através de quais delineamentos as noções sobre a função de governo utilizadas nas abordagens de Francisco Campos (1891-1968) se aproximaram daquelas fornecidas pelo jurista italiano Costantino Mortati (1891-1985); O Ministério Público como cláusula pétrea: análise da inconstitucionalidade da emenda constitucional tendente a abolir, enfraquecer ou esvaziar o órgão ministerial, de Brenno Augusto Freire Menezes, o qual sustenta a inconstitucionalidade de proposta ou emenda constitucional tendente a abolir, enfraquecer ou esvaziar a atuação do Ministério Público; A Justiça Penal Negociada: como compatibilizar os direitos e garantias dos jurisdicionados com a ampliação dos acordos no ordenamento brasileiro, de Gabriel Almeida Granja e de Antonio Henrique Graciano Suxberger, que concluem que a expansão da justiça negociada em matéria penal, quando obediente a um procedimento público e formalizado que minimize a ocorrência de injustiças e estabeleça uma abrangência delimitada, mostra-se não apenas viável, como benéfica para os atores processuais e para sociedade; Nuevas perspectivas de la cooperación internacional en la función ministerial, do autor mexicano Héctor Carreón Pere que, após analisar os mecanismos de cooperação internacional utilizados pelos Ministérios Públicos estadu-

ais, identifica os principais desafios no âmbito da assistência jurídica mútua em nível regional; e, finalmente, Ministério Público resolutivo e ativismo político ou ideológico, de João Gaspar Rodrigues, que conclui que a causa do Ministério Público sempre será pública, com o dever de zelar pelo enfrentamento de desafios e busca incessante pelo interesse público, sem trazer uma extensão das visões singulares de cada membro.

Diante do exposto, agradecemos, mais uma vez, ao Editor-chefe da Revista Acadêmica, André Tabosa, por toda a sua dedicação e compromisso, bem como aos recentes diretores da Escola Superior do Ministério Público, Luciana de Aquino Vasconcelos Frota e Eneas Romero de Vasconcelos, à incansável gerente de pós-graduação da ESMP, Neiva Maria, a nossa aplicada bibliotecária, Tatiana Quirino, ao corpo de pareceristas, conselho editorial e articulistas e, finalmente, a todos os servidores que integram a equipe da Escola Superior do Ministério Público, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e da Secretaria de Comunicação que tanto contribuíram para a gestação e nascimento desta edição especialmente diversificada e recheada de ideias que certamente trarão grandes oportunidades de reflexão para toda a comunidade jurídica.

Tenham todos uma excelente leitura!

Equipe da Revista Acadêmica ESMP/CEAF-CE